

Pº 61/2017

Livro 26-A  
Folha 86

---

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES DO 1º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA DE CANAS DE SANTA MARIA – 2017/2018.** -----

----- No dia sete de dezembro de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- Fátima Carla Dias Antunes, divorciada, natural da freguesia de Viseu (Santa Maria), Concelho de Viseu e residente na União das freguesias de Tondela e Nandufe, Concelho de Tondela, na qualidade de Vereadora e substituto legal do Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força no número 2 do artigo 36.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- João Pedro Ferreira Cardoso, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Maria de Viseu, Concelho de Viseu e residente na freguesia de Coração de Jesus, do mesmo Concelho, com o NIF 197 266 207 e o cartão de cidadão número 09335300, válido até 01/10/2020, emitido pela República Portuguesa e Maria José Marques Loureiro de Jesus, casada, natural da freguesia de Canas de Santa Maria, Concelho de Tondela e residente na União de Freguesias de Tondela e Nandufe, do mesmo Concelho, com o NIF 177 753 854, com poderes para outorgarem em representação e na qualidade respetivamente de Presidente e Vice-Presidente da Direção do Centro Paroquial de Canas de Santa Maria, com o NIPC 502 079 487 e sede na dita freguesia de Canas de Santa Maria, Concelho de Tondela, conforme verifiquei pela

Ata de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais com o número onze, datada de dezassete de outubro de dois mil e dezasseis, pela Ata de Tomada de Posse do Presidente da Direção com o número catorze datada de três de novembro de dois mil e dezassete, que arquivo respetivamente sob os números um e dois, por cópia dos seus Estatutos aprovados em onze de outubro de dois mil e quinze e ainda por Declaração da Chancelaria da Cúria Diocesana de Viseu datada de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete, que arquivo também respetivamente, sob os números três e quatro. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgantes pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, bem como a do segundo outorgante Maria José e a do segundo outorgante João Pedro Ferreira Cardoso pela exibição do mencionado documento de identificação. –

----- Pelo primeiro outorgante foi dito por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 26/10/2017, que arquivo sob o número cinco, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 15/11/2017, ao Centro Paroquial aqui representado pelos segundos outorgantes e após procedimento por Ajuste Direto, o fornecimento de Refeições Escolares do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Canas de Santa Maria – 2017/2018, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base submetida na plataforma em 20/10/2017, que arquivo sob o número seis. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 15-11-2017, que arquivo sob o número sete. -----

----- O valor da presente adjudicação é de catorze mil euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- O preço referido no parágrafo anterior inclui todos os custos, encargos e

despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público. -----

----- Este fornecimento tem início após a adjudicação e tem a duração de trezentos e vinte e um dias. -----

----- O presente Contrato tem por objeto principal a confeção de refeições escolares do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Canas de Santa Maria. -----

----- São obrigações do segundo outorgante as constantes do artigo 7º do Caderno de Encargos, que arquivo sob o número oito. -----

----- As refeições serão servidas mediante encomenda prévia, de vinte e quatro horas, em relação à sua utilização. Quando não seja possível fazer a encomenda prévia, motivada pela ausência da criança, a encomenda deverá ser feita impreterivelmente, na manhã do dia da refeição até às nove horas e sempre que possível por escrito. -----

----- O pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. -----

----- Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

----- A faturação deverá mencionar a denominação do concurso e número sequencial de compromisso. -----

----- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contraentes podem resolver o presente Contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe

incumbem. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Fornecimentos aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitam para o Centro Paroquial que aqui representam, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de treze por cento, no montante de mil oitocentos e vinte euros, é de quinze mil oitocentos e vinte euros. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número nove: Certidão validada via internet e emitida em quinze de novembro de dois mil e dezassete pelo Serviço de Finanças de Tondela, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número dez: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em vinte e um de novembro de dois mil e dezassete, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 2 do artigo 88º do C.C.P., é dispensada a apresentação de caução. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 02-01-05, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente

ano. -----

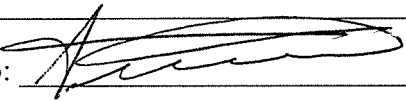
----- O compromisso de verba tem o número sequencial 25080/2017, datado de 29/11/2017. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que este fornecimento terá execução no corrente ano e seguinte. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Segundo Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Oficial Público:  \_\_\_\_\_